

Assemb Constituinte e conservadorismo

LUIZ EDUARDO W. WANDERLEY

Na exposição dos argumentos contrários à convocação de uma Constituinte autônoma ressaltam-se os de certos setores —obviamente conservadores mas também liberais— alegando que este país é conservador, o que significa defender que as elites decidem e as maiorias não precisam ser consultadas. E o que tem acontecido na história de nossas Constituições, elaboradas por pactos de elites. Seguindo esta esteira, convenientemente em Brasília, setores da situação e da oposição se uniram para aprovar a Constituinte via Congresso. Neste contexto, os que lutam por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, se interrogam sobre as possibilidades de sustentar na nova Carta pelo menos algumas normas que avancem na direção de uma democracia para as maiorias; e se será possível mudar a presente correlação de forças que pende a favor do bloco conservador e de seus aliados, que usufruem da situação em que estamos e que vivem à sombra do poder.

Com a perda dos procedimentos convocatórios e os riscos de direcionamento sobre o conteúdo do texto constitucional (apesar de que a comissão de preparação possa trazer subsídios válidos), não obstante é possível ganhar partes importantes do processo: discutindo com a população a validade de uma Constituinte e a importância de como ela será feita; mobilizando-a para um amplo debate nacional sobre os grandes temas sociais (fome, pobreza, condições de vida etc.) e sua relação com a organização do Estado e da Sociedade Civil, com a organização da economia; analisando os pontos centrais que devem constar nos capítulos da nova Carta, e assim por diante. O que vai depender de organização e amplo uso dos meios de comunicação de massa, fatores obviamente difíceis.

De resto, é interessante mostrar como o conservadorismo que está

influenciando as práticas políticas molda o processo atual mesmo se apresentando com uma roupagem moderna. Do conjunto de suas múltiplas faces, duas tiveram efeitos práticos evidentes na conjuntura em curso: a) as instituições é que estruturam as atividades humanas; e b) a ordem social constituída pelas instituições é a legítima. Tentarei indicar o que fundamenta estas proposições.

1. Na concepção conservadora, uma primeira tese afirma que a ordem social é sempre precária, porque está ameaçada pelos conflitos sociais, por ideologias estranhas, pelo egoísmo. Para garanti-la existem as instituições legítimas —no caso do Congresso Nacional— a quem cabe defendê-la, evitar a ruptura da ordem. Neste sentido, segundo os argumentos dos que estão ao poder, não existem as condições para grandes mudanças no regime, já que não há um processo revolucionário em curso, nem uma crise institucional é a instância legítima para realizar a Constituinte sem sobressaltos e seccionamentos imprevisíveis. Uma Constituinte livre e soberana seria complicada, redundante e se conflitaria com os poderes que estão funcionando em “plena normalidade”.

2. Uma segunda tese coloca que se as instituições funcionam normalmente, se há uma abertura que busca remover certas regras autoritárias, se o governo central toma iniciativas democratizantes e tenta obter um pacto social capaz de harmonizar os interesses conflitantes dos grupos e classes sociais, e se há liberdade eleitoral para todas as manifestações políticas, não há por que questionar esta ordem e mudá-la pela aventura de outras ordens socializantes e quejandos. É próprio da razão conservadora legitimar a ordem existente e tornar ilegítimas as outras ordens. Daí a colocação da “transição sem ruptura” que prevalece no atual congresso.

3. Uma terceira tese afirma que convém realizar o novo ordenamento jurídico por um pacto das elites. Afinal, dizem os conservadores, este país é composto por uma imensa maioria de analfabetos e semi-alfabetizados, por massas incapazes da eficiência e desempenho requeridos para elaborar uma Constituição. Ademais, os conservadores sabem que, num país em modernização, mesmo um Congresso com poderes constitucionais poderá eleger um número inconveniente de congressistas com idéias pouco sensatas e, em função disto, eles estão se organizando, coletando recursos assombrosos para o financiamento de suas campanhas como constituintes partidários. Muitos perguntam, então, se não há outras saídas, se os setores independentes e os setores populares não conseguirão romper as amarras do conservadorismo. Argumenta-se que faltam as condições objetivas para intervir na mudança do poder político, o que contém alguma verdade mas que precisa ser melhor qualificada.

Se é verídico que os conservadores vêm impedindo a realização das mudanças sociais indispensáveis, os trabalhadores e alguns setores progressistas sempre lutaram por elas. A historiografia tradicional ocultou a história das classes subalternas, mas a moderna demonstra que elas foram atuantes e influenciaram decisivamente as políticas e programas dos setores dominantes e governamentais, que ora buscavam atender as suas reivindicações ou antecipar-se a elas, ora tentavam cooptá-las ou reprimi-las. Contudo, se a sua presença na cena histórica condicionou a elaboração das Constituições anteriores, ela não foi suficientemente forte para impedir que as elites burguesas e de classe média impusessem suas orientações e propostas.

Somos aprendizes de democracia e não conseguimos ainda implantar os mecanismos da democracia representativa que garantam os direitos de

cidadania e eliminem os traços autoritários que impregnam nossas estruturas e processos sociais, nossos comportamentos e atitudes. Em que pese o fato do crescimento da nossa economia e das condições gerais para o desenvolvimento, a pobreza absoluta e relativa nos cerca por todos os lados, com suas sequelas de violência, segregação, discriminação e morte. As condições econômicas e políticas predominantes não conseguem consolidar as bases de um relacionamento negociado dos interesses divergentes e não possibilitam encontrar caminhos para eliminar as profundas desigualdades sociais e disparidades regionais.

Mudar é preciso. Para edificar uma política econômica capaz de gerar empregos, distribuir renda, garantir avanços reais nos salários e condições de trabalho, saldar com ousadia as dívidas externas e interna. Para estruturar um Estado nacional e democrático. Para fortalecer a Sociedade Civil, democratizando-a e criando os meios para que ela controle o Estado, propiciando que as maiorias tenham acesso à educação, à saúde, à habitação, à vida política. Para redefinir as formas de representação política que assegurem estabilidade, legitimidade e responsabilidade. Para regenerar os partidos políticos e as associações de classe. Para consolidar e fazer avançar qualitativamente os movimentos populares. A Constituinte evidentemente não fará isto, mas poderá estabelecer canais para a sua concretização. Devemos discutir e apresentar propostas ousadas e imaginativas, pressionar os constituintes, lutar para continuar avançando na construção democrática. Precisamos romper o conservadorismo, ainda vigoroso mas sem futuro.

LUIZ EDUARDO W. WANDERLEY, 49, é reitor da PUC de São Paulo, professor titular do programa de pós-graduação em Ciências Sociais dessa Universidade e autor de “O que é Universidade” e “Educar para transformar”.

1 JAN 1986

COPIA DE SÃO PAULO